

**RESENHA**  
**EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE**

*Lívia Cristina Ribeiro Reis*  
*liviacrisreis@gmail.com*  
*Mestre em Educação pela Universidade de Brasília*  
*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).*

*Educação como prática da liberdade* é uma belíssima obra de Paulo Freire, na qual o autor disserta sobre sua concepção de educação de maneira contextualizada à formação histórico-cultural brasileira. O livro foi escrito no ano de 1967, durante o exílio de Freire no Chile. A presente síntese foi elaborada tendo como referência a 45ª edição do livro, a qual conta com 189 páginas e foi publicada pela Editora Paz e Terra no ano de 2019. Tal edição está composta por uma introdução redigida por Francisco Weffort, seguida pela poesia “Canção para os fonemas da Alegria” de autoria de Thiago de Mello, a qual precede os escritos de Freire que estão divididos em quatro capítulos, seguidos de um apêndice ilustrativo do método de alfabetização proposto pelo autor.

No primeiro capítulo da obra, *A sociedade brasileira em transição*, Freire pontua que “o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo” (p. 55) e por isso tem um “domínio que lhe é exclusivo – o da história e o da cultura” (p. 58). Em seguida o autor apresenta a diferença entre *integração* e *adaptação* dos homens na sociedade. A *integração* resulta da capacidade de ajustar-se à realidade, transformá-la e optar criticamente, constituindo-se assim como sujeito ativo e dotado de ânimo revolucionário. A *adaptação/acomodação/ajustamento* implica um processo passivo de objetificação do homem julgando-o incapaz de alterar a realidade, alterando a si mesmo para adaptar-se (p. 58).

Freire registra a expressão *tempo de trânsito*, assim explicada: “é este choque entre um ontem esvaziando-se, mas querendo permanecer, e um amanhã por se consubstanciar, que caracteriza a fase de trânsito como um tempo anunciador” (p. 63). Posteriormente diferencia

as ideias de *sociedade fechada* – caracterizada pelo otimismo ingênuo e desesperança – e *sociedade aberta* na qual prevalece o otimismo crítico e esperança (p. 73-74)

O autor demarca posição contrária às práticas assistencialistas, explicita que ajudar os homens/povos implica coloca-los numa postura crítica diante de seus problemas (p. 79) e pontua reiteradamente que quaisquer soluções aos problemas sociais devem se dar sempre *com* o povo, e nunca *sobre* ou simplesmente *para* ele (p. 80).

Nas últimas páginas do primeiro capítulo Freire desenvolve sua compreensão sobre “graus de compreensão da realidade e sua relação com o condicionamento histórico-cultural” (p. 81), diferenciando características inerentes aos seus diferentes estágios constitutivos da consciência humana e suas múltiplas relações com a realidade.

A *consciência intransitiva* (p. 81) é marcada por sua impermeabilidade; é característica de uma sociedade fechada, situada num plano de vida vegetativo no qual a dimensão biológica encontra-se descolada da dimensão histórica do homem. Num próximo estágio alcançamos a *consciência transitiva ingênua* (p. 83), caracterizada pela simplicidade na interpretação dos problemas; saudosismo; argumentação frágil com tendência a explicações fabulosas; riscos de deturpação e distorção inerentes à promoção de polêmicas em detrimento do diálogo. A *consciência transitiva ingênua* pode culminar em *consciência transitiva crítica* (p. 84) ou chegar à transitividade fanática convertendo-se em *consciência fanatizada* (p. 87).

Freire explica que a *consciência transitiva crítica* é característica de regimes democráticos; interpreta problemas em profundidade; demonstra apreço pela argumentação e pelo diálogo; é marcada pela permeabilidade. Já a *consciência fanatizada* caracteriza-se pela preponderância de irracionalidade sectária, desumanização e massificação.

Na medida, realmente, em que o homem, transitivando-se, não consegue a promoção da ingenuidade à criticidade, em termos obviamente preponderantes, e chega à transitividade fanática, seu compromisso com a existência é ainda maior que o verificado no grau da intransitividade (FREIRE, 2019, p. 86).

No capítulo II, *Sociedade fechada e inexperiência democrática*, Freire demonstra que o desenvolvimento histórico do nosso país ocorreu dentro de condições negativas às

experiências democráticas. Sendo assim, o autor propõe um exercício de apreensão das raízes da formação brasileira e discorre sobre “uma de suas mais fortes marcas, sempre presente e sempre disposta a florescer, nas idas e vindas do processo: a nossa inexperiência democrática” (p. 90).

Freire caracteriza o processo de colonização brasileira, marcadamente exploratória e predatória, sustentada numa base escravista com predominância de relações pautadas em moldes exageradamente tutelares, destacando-se o mandonismo e o poder exacerbado dos colonizadores implicando relações de submissão dos colonizados, os quais seguiram proibidos de falar. Destaca ainda que faltou aos colonos integração com a colônia. “Sua intenção preponderante era realmente a de explorá-la. A de ficar “sobre” ela. Não a de ficar nela e com ela” (p. 92).

Avançando na análise, o autor demarca que “importamos a estrutura do estado nacional democrático, sem nenhuma prévia consideração a nosso contexto” (p. 106) e pondera que tal inautenticidade justifica o fracasso na tentativa. Uma das ideias centrais da obra está registrada na continuidade, quando Freire afirma que democracia, antes de ser forma política, é forma de vida (p. 108).

Freire inicia o capítulo III, *Educação versus Massificação*, registrando sua preocupação em encontrar uma resposta no campo da pedagogia às condições da fase de transição brasileira: “haveria de ser a de uma educação crítica e criticizadora. De uma educação que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica” (p. 113). Educação para a decisão, para a responsabilidade social e política (p. 117). Educação que possibilite ao homem a inserção e discussão corajosa de sua problemática, bem como o conscientizasse dos perigos de seu tempo (p. 118). Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro (p. 119).

Retomando a ideia de democracia como forma de vida, Freire reitera o compromisso de ajudar o homem brasileiro a aprender democracia vivenciando a própria existência desta, experimentando o saber democrático e o desenvolvimento de sua responsabilidade social e política (p. 122).

Na continuidade o autor registra o desafio histórico de superação simultânea do analfabetismo, da nossa inexperiência democrática e de um modelo de educação verbosa, palavresca e assistencializadora (p. 123-124).

Freire nos ensina que democracia e educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem, nos educandos e no povo. A educação é concebida por ele como um ato de amor e coragem, a qual deve fomentar-se no debate e na análise da realidade e estar a serviço da humanização dos sujeitos. Nessa perspectiva, questiona: “como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe?” (p. 127).

No fechamento do terceiro capítulo, Freire referencia instituições (ISEB e UnB) que colaboraram em um momento de despertar da consciência nacional e de ruptura de uma forma pensar sobre o Brasil segundo critérios e perspectivas da Europa e Estados Unidos, conclamando à criação intelectual à serviço da cultura nacional e ao compromisso com o destino da realidade pensada e assumida como um projeto de Brasil, fugindo da importação de modelos alienados consumando um saber autêntico.

O Capítulo IV, *Educação e Conscientização*, parte do compartilhamento de experiências no âmbito do Movimento de Cultura Popular do Recife, tais como o Círculo de Cultura e o Centro de Cultura, bem como o Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife.

Na continuidade Freire explana sobre sua proposição de método de alfabetização: ativo, dialogal e comprometido tanto com o desenvolvimento da consciência crítica quanto com o combate de nossa inexperiência democrática, levando o homem à reflexão sobre sua ontológica vocação de ser sujeito. Para tanto, aponta a necessidade de modificar o conteúdo programático da educação – incorporando-se o conceito antropológico de cultura como processo de aquisição sistemática, crítica e criadora do homem como sujeito **no** mundo e **com** o mundo. Sugere também o uso de técnicas como a da redução e codificação (p. 140-141).

Freire questiona: que é o diálogo? Em seguida, o autor nos explica que trata-se de uma relação horizontal de **A com B**, a qual nasce de uma matriz crítica e gera criticidade, nutrindo-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança (p. 141). Em oposição, o antidiálogo se

materializa por meio de uma relação vertical de A **sobre** B: desamoroso, acrítico, desesperançoso, arrogante, autossuficiente e não comunica, faz comunicados (p. 142).

Nessa perspectiva, “a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas dedentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador”. É justamente por esse entendimento que Freire registra descrença no formato de cartilhas que “reduzem o analfabeto mais à condição de objeto que à de sujeito de sua alfabetização” (p. 146).

Freire discorre sobre as fases de elaboração e execução prática de seu método de alfabetização, a saber: 1) Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará; 2) Escolha das palavras geradoras; 3) Criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar; 4) Elaboração de fichas-roteiroque auxiliem otrabalho de educadores; 5) Confeção de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

Ao final do livro há um valioso apêndice que ilustra o conteúdo apresentado no último capítulo e acompanha desenhos do pintor Vicente de Abreu em substituição às pinturas originais de Francisco Brennand confiscadas durante a ditadura militar brasileira.

Diante do exposto, é possível concluir que *Educação como prática da Liberdade* é uma obra que comprova a defesa incansável de Freire por uma democracia autêntica, nutrida de criticidade e não de irracionalidade.

## REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.